

## VALIDAÇÃO DE CARTILHA EDUCATIVA PARA BOAS PRÁTICAS ALIMENTARES NA GESTAÇÃO VALIDATION OF EDUCATIONAL BOOKLET FOR GOOD DIETARY PRACTICES IN PREGNANCY

Dayze Djanira Furtado de Galiza<sup>1</sup>; Nayane da Silva Souza<sup>2</sup>; Israel Coutino Sampaio de Lima<sup>3</sup>;  
Sadrine Maria EufRASINO de Pinho<sup>4</sup>; Saiwori de Jesus Silva Bezerra dos Anjos<sup>5</sup>;  
Antonio Rodrigues Ferreira Júnior<sup>6</sup>

### RESUMO

O período gestacional demanda adaptações no estilo de vida da gestante, principalmente no que se refere às práticas alimentares. Os profissionais de saúde possuem papel importante como agentes promotores de cuidados por meio de orientações, com linguagem clara e acessível. Objetivou-se validar o conteúdo e a aparência de uma cartilha educativa sobre boas práticas alimentares na gestação. Trata-se de um estudo metodológico, desenvolvido entre novembro de 2017 e julho de 2018. A validação foi realizada por nove juízes especialistas e atuantes nas áreas de Nutrição e Enfermagem, com atuação na área da saúde da mulher. Utilizou-se a técnica de Delphi para a validação do conteúdo e aparência. O material foi validado segundo os domínios: objetivos, estrutura, apresentação e relevância da cartilha. Dos 23 itens analisados, apenas três foram considerados como “não se aplica”, seis foram julgados como “inadequados” e 19, como “parcialmente adequado”. A partir do parecer dos juízes, o conteúdo e a aparência foram readequados e revistos para formalizar sua validade. A validação da cartilha educativa foi confiável, a qual apresenta de forma objetiva e clara orientações sobre boas práticas alimentares durante a gestação. Pode ser utilizada pela equipe de saúde responsável pela realização do pré-natal como instrumento educativo.

**Palavras-chave:** Educação em Saúde, Estudos de validação, Alimentação, Gravidez.

### ABSTRACT

*Gestational period demands adaptations in the pregnant woman's lifestyle, especially in which concerns dietary practices. Health professionals have an important role as care promoter agents through guidance, using clear and accessible language. It was aimed to validate the content and appearance of an educational booklet about good dietary practices during pregnancy. This is a methodological study that was developed between November 2017 and July 2018. The validation was carried out by nine judges who are specialists in the area of women's health and also workers of the fields of Nutrition and Nursing. Delphi technique was used to validate content and appearance. The material was validated according to the following domains: objectives, structure, presentation, and relevance of the booklet. In this sense, three items out of all 23 analyzed were considered as “not applicable”, six were judged as “inadequate”, and 19 as “partially adequate”. Based on the opinion of the judges, the content and appearance were readjusted and revised in order to formalize its validity. The validation of the educational booklet was reliable, which presents objective and clear guidance on good dietary practices during pregnancy. This instrument can be used as an educational tool by the healthcare team who is responsible for performing prenatal care.*

**Keywords:** Health Education, Validation studies, Food, Pregnancy.

Recebido em: 12 out 2019

Aprovado em: 27 dez 2019

<sup>1</sup> Enfermeira. Professora Adjunto II da Universidade Federal de Campina Grande. Doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Crato, Ceará, Brasil. E-mail: dayze\_galiza@hotmail.com.

<sup>2</sup> Enfermeira. Especialista em Saúde Pública pela UNOPAR. Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: nayane.ufcg@outlook.com

<sup>3</sup> Enfermeiro. Doutorando em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: isracoutinho@hotmail.com.

<sup>4</sup> Enfermeira. Residente do Programa Uniprofissional em Enfermagem Obstétrica da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: sadrine.mep@gmail.com

<sup>5</sup> Enfermeira. Docente adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: saiwori.anjos@uece.br

<sup>6</sup> Enfermeiro. Professor da Graduação e da Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: arodrigues.junior@uece.br

## INTRODUÇÃO

A No período gestacional, a alimentação saudável é relevante, pois implica diretamente no desenvolvimento fetal, visto que o ganho ou a perda de peso inadequada durante a gravidez pode acarretar uma série de problemas tanto para a gestante quanto para o feto (BJERREGAARD et al., 2019; GÜNTHER et al., 2019; MISAN et al., 2019).

Para que esses cuidados sejam desenvolvidos de forma plena, é imprescindível que os serviços de saúde trabalhem na perspectiva interprofissional, na qual os profissionais envolvidos possam colaborar de maneira compartilhada e integrada diante da conexão dos saberes específicos de cada profissão. É importante compreender que as subjetividades que envolvem as relações afetivas na busca pelo trabalho compartilhado devem mobilizar os atores para que juntos promovam mudanças as quais possibilitem uma melhor qualidade dos cuidados prestados pelos serviços de saúde (ELLERY, 2018).

Os cuidados prestados nos serviços de saúde devem ser pautados na estratégia Rede Cegonha, por meio do pré-natal, oferecendo atendimento à mulher no período gravídico, que visa ações de prevenção e promoção à saúde, bem como diagnóstico e tratamento adequado, por meio da atenção primária e da rede hospitalar (TOMASI et al., 2017). Os cuidados realizados por uma equipe multiprofissional que trabalha de maneira interdisciplinar durante o acompanhamento do pré-natal, como enfermeiros, médicos, nutricionistas, entre outros, apresentam maior capacidade de diminuir consideravelmente a morbimortalidade materno-infantil (TOMAZETTIA et al., 2018), o que possibilita um acompanhamento eficiente de todo o período gestacional, assegurando, assim, o desenvolvimento adequado do feto.

Para realizar esses cuidados, os profissionais de saúde podem lançar mão de diversos tipos de tecnologias e materiais educativos para a promoção da Educação em Saúde (ES) (MARIANO et al., 2013), pois a ES é considerada uma das principais estratégias de cuidado para a promoção da saúde, prevenção de doenças e agravos, promovendo o desenvolvimento do ser humano e de sua autonomia (ARRUDA; MOREIRA; ARAGÃO, 2014).

Dessa forma, o uso de materiais educativos impressos, como cartilhas, manuais e folhetos, é uma prática utilizada constantemente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para o processo de promoção da saúde, visando o compartilhamento de informações voltadas aos cuidados em saúde, por considerar esse tipo de abordagem eficiente e produtora de bons resultados (SANTOS et al., 2016).

Nesse contexto, diante da escassez de materiais educativos que abordem essa temática, o presente estudo buscou validar o conteúdo e a aparência de uma cartilha educativa sobre boas práticas alimentares na gestação.

## METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de desenvolvimento metodológico (POLIT; BECK, 2011), o qual validou o conteúdo e a aparência de dados sistematizados sobre a cartilha educativa intitulada “Alimentar-se bem na gravidez: boas práticas para gestantes”.

Foi desenvolvido no período de novembro de 2017 a julho de 2018, em Cajazeiras, Paraíba, Brasil. O processo de validação se deu por meio da avaliação de juízes especialistas e atuantes nas áreas de Nutrição e Enfermagem, que trabalhavam na área da saúde da mulher e com construção e validação de materiais educativos, sendo selecionados por meio da análise do currículo profissional na Plataforma Lattes, disponível na plataforma eletrônica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A seleção dos juízes seguiu os critérios de inclusão de Fehring (1987), em que são considerados juízes especialistas aqueles que possuem maior pontuação, cuja nota mínima na somatória dos escores seja de quatro pontos. Foram discriminados e atribuídos os seguintes escores para cada característica: possuir doutorado (2,0 pontos); mestrado específico na área (1,0 ponto); especialização (1,0 ponto); participação em projetos de pesquisa na área de interesse deste estudo (1,0 ponto); possuir publicações em periódico na temática de acordo com especialidade buscada (1,0 ponto); tempo de atuação na área por cinco anos (1,0 ponto).

A população foi composta por juízes especialistas na área de interesse do estudo, com o

envio de 138 convites, com previsão de recusas para participação ou as perdas dos possíveis juízes. Houve dificuldade para o retorno das respostas dos juízes, o que influenciou a amostra final, restando nove juízes, que corresponderam ao estudo. Amostra condizente com a quantidade recomendada para estudos de validação, que deve conter entre seis e vinte juízes (PASQUALI, 2009).

Foram excluídos do estudo os especialistas que permaneceram por mais de 20 dias sem devolver a análise do conteúdo ou sem comunicação via e-mail com o pesquisador responsável. Após a seleção dos profissionais, a convocação formal ocorreu mediante carta convite que foi enviada através de e-mail. Após o aceite, foi encaminhado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), também por e-mail, o qual o juiz assinou e reenviou digitalizado, para que fosse efetivada sua aprovação.

Após a confirmação de anuência do TCLE, foi enviado o instrumento de avaliação e cópia da cartilha, juntamente com algumas orientações sobre como deveria proceder no preenchimento do formulário, com um prazo de 20 dias para devolver o resultado da avaliação.

Para a obtenção da validação do conteúdo, foi utilizada a técnica de Delphi que se caracteriza como uma estratégia para conferir validade à tecnologia. Nesta abordagem é permitido aos especialistas expressar opiniões, possibilitando identificar pontos de desacordo e fomentar o consenso, além de permitir a utilização de diferentes áreas de conhecimento, ou especialidades. Ademais, favorece a escuta de opinião de forma anônima dos diferentes atores do processo, evitando constrangimentos, conflitos e outros vieses, sendo, portanto, uma excelente ferramenta metodológica (MARQUES; FREITAS, 2018). Já a validação da aparência tem como objetivo verificar se o material educativo é claro, objetivo e de fácil entendimento para o público-alvo (CRUZ et al., 2016).

A cartilha foi elaborada a partir de uma pesquisa prévia realizada com gestantes, que avaliou o consumo alimentar e a forma de preparação dos alimentos. Baseado nos achados desse estudo, iniciou-se a busca de informações na literatura para construir a cartilha. Ela é composta por uma apresentação seguida dos seguintes tópicos: Alimentação saudável e gravidez; Frequência da alimentação; Alimentos que devem ser consumidos durante a gravidez; Consumo de

leite; Consumo de carne; Benefícios de algumas frutas para o organismo das gestantes; Higiene, conservação e preparo dos alimentos; colaboradores e referências, totalizando 32 página. O layout e todas as ilustrações da cartilha são originais, tendo sido feitas por diagramador e ilustrador contratados para esta finalidade. Após a finalização, a cartilha foi disponibilizada no Google drive por meio do link: <https://drive.google.com/file/d/1VsBOniitRD932jEjA5trlh6Qs1JETACP/view?usp=sharing>.

Para validar a cartilha educativa, foi elaborado um instrumento de avaliação de itens a partir de um estudo de validação de tecnologias educativas na área da saúde (OLIVEIRA LOPES; FERNANDES, 2014). Constaram inicialmente informações sobre o avaliador/especialista (titulação, tempo de formação, tempo de atuação na área e produção científica); e itens avaliativos da cartilha (objetivos, estrutura, apresentação e relevância da estratégia implementada).

A estratégia utilizada para validação dos itens foi adaptada dos critérios utilizados por Lopes (2009) e Freitas (2010). Essa técnica consiste em considerar válido um dado item quando o mesmo obtiver a classificação de: 3 = adequado e 4 = totalmente adequado, por pelo menos metade, mais um do número de juízes especialistas e os outros especialistas não o considerarem inadequado. O item é também considerado validado quando os especialistas o consideram 2 = parcialmente adequado ou 1 = inadequado, mas apresenta sugestões de melhorias e essas são implementadas.

Após a avaliação dos juízes, foi utilizado o cálculo do índice de validade de conteúdo (IVC) para determinar o nível de concordância entre eles. Esse método é amplamente utilizado na área da saúde para medir a proporção ou a porcentagem de juízes em concordância sobre determinados aspectos de conceitos sobre um tema.

Os dados contidos no instrumento preenchido pelos especialistas e as observações sugeridas e acatadas foram agrupadas em tabelas. No intuito de preservar o anonimato dos avaliadores, esses foram codificados com J1, J2, J3, J4, J5, J6, J7, J8 e J9, a fim de mencioná-los nas considerações deferidas no trabalho.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Piauí (UFPI), Brasil, com o parecer de nº 890.550, sendo

respeitados os aspectos éticos que envolvem estudos com seres humanos, de acordo com a Resolução no 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados referem-se à consolidação dos dados adquiridos por meio da avaliação dos juízes especialistas sobre a cartilha educativa, onde foram analisados e compilados de acordo com cada item avaliativo proposto no instrumento de coleta de dados referente aos domínios: objetivos, estrutura e apresentação e relevância da cartilha.

### Caracterização dos juízes especialistas

Este estudo foi composto por nove juízes, sendo oito doutores e um mestre, todos do sexo feminino, com tempo de formação variando entre sete meses e 25 anos. A equipe de profissionais foi composta por duas nutricionistas professoras e sete enfermeiras. Destas, cinco, além de enfermeiras, eram docentes na disciplina saúde da mulher de universidades públicas, sendo três de instituições federais.

Ressalta-se que obteve-se maior representatividade da área da educação em saúde cuja predominância de publicação e atuação foi mais expressiva no estado de São Paulo. A área de pesquisa com maior destaque foi a educação em saúde, seguida de obstetrícia.

Percebe-se, portanto, que a cartilha foi avaliada tanto por profissionais jovens, como por profissionais que já estão há mais tempo no mercado de trabalho, o que possibilitou visões diferentes que trouxeram perspectivas interessantes para melhorar o material que estava sendo avaliado.

Ademais, quase todos eram doutores, docentes de instituições públicas de ensino superior, com publicações e pesquisas na temática da cartilha, demonstrando que tinham conhecimento científico para avaliar criticamente tanto a parte visual como escrita da cartilha.

**Tabela 1** - Caracterização dos especialistas que validaram a cartilha. Cajazeiras, PB, Brasil, 2018.

Variáveis	F	%
<b>Formação</b>		
Enfermeiro	07	77,8
Nutricionista	02	22,2
<b>Área de Atuação</b>		
Docente	07	77,8
Enfermeiro Assistencial	02	22,2
<b>Título do Profissional</b>		
Doutor	08	88,9
Mestre	01	11,1
<b>Tempo de formação dos juízes</b>		
Até 24 anos de formação	05	55,6
Mais de 24 anos de formação	04	44,4
<b>Tempo de trabalho dos juízes</b>		
De 07 a 20 anos	05	55,6
De 21 a 36 anos	04	44,4
<b>Publicação De Pesquisa Envolvendo a Área</b>		
Sim	09	100
Não	00	00
<b>Instituição à qual o juiz é vinculado</b>		
Universidade de São Paulo-USP	03	33,3
Universidade Estadual Do Ceará (UECE)	02	22,2
Universidade Municipal de São Caetano do Sul	01	11,1
Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF	02	22,2
Faculdade de Medicina de São Jose do Rio Preto-FAMERP	01	11,1

Fonte: Própria.

### Validação da cartilha educativa

A cartilha educativa foi avaliada pelos juízes especialistas no que diz respeito aos domínios relacionados aos objetivos, estrutura, apresentação e relevância. Quanto aos objetivos, que se referem aos propósitos, metas ou fins que se deseja atingir com a utilização da cartilha, todos foram validados, já que foram considerados “Adequado e Totalmente adequado” por 50% mais um dos juízes participantes, como pode ser percebido na Tabela 2.

**Tabela 2** - Avaliação das respostas obtidas quanto aos objetivos, à estrutura e apresentação e relevância da cartilha. Cajazeiras, PB, Brasil, 2018.

VARIÁVEIS	Inadequado	Parcialmente adequado	Adequado	Totalmente adequado	NA	IVC
<b>OBJETIVOS</b>						
São coerentes com as necessidades do público-alvo.	-	-	3	6	-	0,9
São passíveis de serem alcançados.	-	1	4	4	-	0,8
Promovem mudanças de comportamento e atitude.	-	2	6	1	-	0,7
Podem circular no meio científico na área de suporte à gestante.	1	3	3	2	-	0,7
São capazes de possibilitar a prática ao autocuidado.	-	2	4	3	-	0,8
<b>ESTRUTURA E APRESENTAÇÃO</b>						
A cartilha educativa é apropriada para orientação sobre nutrição para gestantes.	-	2	4	3	-	0,8
As informações estão apresentadas de maneira clara e objetiva.	1	3	3	2	-	0,7
As informações apresentadas estão cientificamente corretas.	-	3	5	1	-	0,7
O material está apropriado ao nível sociocultural do público-alvo.	1	3	2	1	2	0,4
Existe sequência lógica do conteúdo proposto.	1	-	5	3	-	0,8
As informações estão bem estruturadas em concordância e ortografia.	-	2	4	3	-	0,8
O estilo de redação corresponde ao nível de conhecimento do público-alvo.	1	3	3	2	-	0,6
Informações da capa, contracapa, agradecimentos e/ou apresentação são coerentes.	-	1	3	5	-	0,9
Os tamanhos do título e dos tópicos estão adequados.	-	-	4	5	-	0,9
As ilustrações estão expressivas e suficientes.	-	2	5	2	-	0,8
O número de páginas está adequado.	-	1	4	4	-	0,8
<b>RELEVÂNCIA</b>						
Os temas retratam aspectos chave que devem ser reforçados.	-	1	3	5	-	0,9
A cartilha propõe ao aprendiz adquirir conhecimento quanto ao seu autocuidado.	-	1	1	7	-	1,0
A cartilha aborda o conteúdo necessário para prepará-lo para realizar o autocuidado.	-	-	6	3	-	0,9
As informações estão apresentadas de maneira clara e objetiva.	1	2	2	4	-	0,9
Os temas abordam aspectos importantes sobre nutrição na gestação.	-	1	4	4	-	1,0
Os textos trazem informações relevantes sobre uma alimentação saudável na gestação.	-	2	5	2	-	0,9
Está adequada para ser usada pelo profissional de enfermagem ou outro profissional na área da saúde em suas atividades educativas.	-	3	3	3	-	0,9

Fonte: Própria.

Em relação aos objetivos apresentados, o juiz J3 julgou que o material educativo se apresentava inadequado para circular no meio científico, porém não especificou o porquê da avaliação. Desta forma, este item foi considerado inválido, divergindo dos outros juizes e principalmente de J5 e J8, que consideraram o material totalmente apropriado para tal.

A aplicabilidade da cartilha junto ao público-alvo é uma das sugestões da J1 que defende que apenas a leitura do material não motiva a mudança de hábitos, o que vai de encontro com a opinião da J5 que propõe a utilização da mesma pelos profissionais de saúde, em especial durante as consultas pré-natais, sendo possível sanar algumas dúvidas referentes a uma alimentação de qualidade, como também pode ser empregada em grupos de gestantes ou rodas de conversas, tendo em vista o mesmo propósito.

No que se refere aos objetivos em geral, o juiz J9 menciona que estes são coerentes com a proposta do material educativo e com as necessidades das gestantes, porém só serão alcançados conforme a vontade, o entendimento e as condições das mesmas.

Quanto aos itens estrutura e apresentação, referentes à forma de apresentação das informações, incluindo a organização geral, estrutura, estratégia de apresentação, coerência e formatação do layout, obtiveram-se tais resultados:

Diante da avaliação dos juizes, pode-se evidenciar que a cartilha em questão se constitui de um material educativo de abordagem pertinente quanto ao constructo e aparência. Porém, apesar dos resultados, algumas alterações foram sugeridas para a melhoria da mesma.

Algumas sugestões foram apresentadas em relação às cores e tamanhos de fontes, porém ressalta-se que devido o material ter sido avaliado em formato eletrônico, estando sujeito a visualizações em proporções de tela menores e distorções de tonalidade de cor, os itens supracitados foram mantidos sem alterações.

A primeira versão da cartilha contava com 27 páginas. Após sua revisão, passou a ter 30 páginas. O título inicial era: “alimentar-se bem: orientações nutricionais para gestantes”, no entanto o juiz J9 sugeriu a alteração do mesmo que passou a ser: “alimentar-se bem na gravidez: Boas práticas para gestantes”, por julgar o termo nutrição muito

abrangente, tendo assim sua sugestão acatada, como pode ser visualizado na Figura 1.

**Figura 1** - Ilustração representativa das páginas referidas pelo juiz sobre mudança de subtítulo. Visualização na cartilha educativa. Cajazeiras, PB, Brasil, 2018.



Fonte: Própria.

Em relação à linguagem empregada, alguns peritos sugeriram a mudança de determinados termos para facilitar a compreensão dos leitores, como no caso do J4 e J7 que propuseram a modificação dos termos “retardo do crescimento” por “atraso”, pois este se torna mais popular e de fácil entendimento, sem contar que o vocábulo retardo está em desuso na literatura atual, e da expressão “sequelas neurológicas” por “danos cerebrais”, o que, segundo eles, tornam o conteúdo mais acessível ao público leigo.

No que concerne à relevância do estudo, ponto que se refere às características que avaliam o grau de significação do material educativo apresentado, os juizes foram categóricos ao enfatizarem a importância da criação de materiais educativos acessíveis tanto ao público quanto para os profissionais da área da saúde.

No item 3.4, referente às informações, sobre estarem claras e objetivas, o juiz J4 julgou estar inadequado, visto que alguns termos estavam totalmente técnicos, dificultando o entendimento dos mesmos pelo público leigo. O mesmo sugeriu a alteração de determinados termos, tendo sua opinião acatada.

Outro fator relacionado a sua avaliação refere-se aos horários do banho de sol, os quais foram acrescentados, como pode-se ver na figura 4. Também para uma maior clareza de ideias, foi

acrescida a quantidade ideal de líquido a ser ingerida durante o dia em copos.

A maioria dos juízes avaliadores foram enfáticos no que diz respeito ao consumo de alimentos ricos em gorduras, açúcares e excesso de sal. Com isso, foi sugerido salientar o não consumo de tais alimentos e os malefícios que estes podem trazer tanto para a mãe quanto para o bebê em formação. Os juízes J3 e J5, indo de encontro com o pensamento dos demais avaliadores, sugeriram a colocação de um X nos alimentos que não devem ser consumidos pelas gestantes.

A avaliação dos juízes conferiu validação ao material educativo segundo critérios adotados, uma vez que dos 23 itens analisados apenas três foram considerados “não se aplica” e seis foram julgados “inadequados”, obtendo um IVC total de 0,8, contudo, as sugestões referentes aos mesmos e aos parcialmente adequados foram acatadas tornando o item validado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de validação da cartilha foi importante, pois sua realização contou com a participação de diferentes profissionais da área da saúde, o que possibilitou uma avaliação satisfatória, visto que foi possível reunir diversos saberes multiprofissionais especializados na área temática abordada.

As tecnologias educativas ultimamente vêm ganhando destaque no setor saúde, sendo fundamentais na educação da população. Além disso, esse tipo de abordagem pode e deve ser utilizado pelo profissional da área da saúde, tendo como direcionamento o ensino e esclarecimento de questões sobre determinada temática.

Acredita-se que a validação do material educativo em questão contribua de forma significativa para a aquisição de conhecimentos que permitam subsidiar as gestantes a constatarem a importância de uma alimentação saudável e os benefícios que esta pode trazer tanto para a mãe quanto para o conceito.

Esse tipo de material voltado para as gestantes reforça a integralidade do cuidado à saúde da mulher e do empoderamento sobre o exercício do autocuidado, comportamento e atitudes, podendo servir como auxílio para a implementação de

mudanças de hábitos no que diz respeito a uma alimentação saudável durante a gestação.

Este estudo apresenta como limitação a utilização de alimentos regionais mais consumidos na região nordeste nas ilustrações e nos textos, o que pode limitar seu uso em outras regiões do país, bem como a dificuldade de contato com um número maior de profissionais (juízes) para avaliar a cartilha.

## REFERÊNCIAS

- Arruda, L.P.; Moreira, A.C.A.; Aragão, A.E.A. Promoção da saúde: atribuições do enfermeiro como educador na estratégia saúde da família. *Essentia (Sobral/CE)*, v. 16, n.1, p. 183-203, 2014.
- Ahrendt Bjerregaard, A. et al. Mother's dietary quality during pregnancy and offspring's dietary quality in adolescence: Follow-up from a national birth cohort study of 19,582 mother-offspring pairs. *PLOS Medicine*, v. 16, n. 9, p. e1002911, 2019.
- Brasil. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 466/12. Trata de pesquisas em seres humanos e atualiza a resolução 196. Diário Oficial da União. 12 dez. 2012. Disponível: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2019
- Cruz, F.O.A.M. et al. Validation of an educative manual for patients with head and neck cancer submitted to radiation therapy. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 24, e. 2706, 2016.
- Oliveira, S.C.; Lopes, M.V.O.; Fernandes, A.F.C. Development and validation of an educational booklet for healthy eating during pregnancy. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 22, n. 4, p. 611-620, 2014.
- Ellery, A.E. Interprofissionalidade. In: Ceccim, R.B. et al. *Enciclopédia das residências em saúde*. Porto Alegre (RS): Rede UNIDA. 2018. p. 146-50.
- Fehring, R.J. Methods to validate nursing diagnoses. *Heart and Lung. Journal of Critical Care*, v. 16, n. 6 I, p. 625-629, 1987.
- Freitas, L.V. *Construção e validação de hipermidia educacional em exame físico no pré-natal*. 2010. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de Enfermagem, Fortaleza, 2010.
- Günther, et al. Associations between the Prenatal Diet and Neonatal Outcomes—A Secondary Analysis of the Cluster-Randomised GeliS Trial. *Nutrients*, v. 11, n. 8, p. 1889, 2019.
- Lopes, E.M. *Construção e validação de hipermidia em planejamento familiar: abordagem à anticoncepção*. 2009. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de enfermagem, Fortaleza, 2009.
- Mariano, M.R. et al. Jogo educativo na promoção da saúde de adolescentes: revisão integrativa. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, v. 15, n. 1, p. 265-273, 2013.

Marques, J. B. V.; Freitas, D. Método DELPHI: caracterização e potencialidades na pesquisa em Educação. *Pro-Posições*, v. 29, n. 2, p. 389-415, 2018.

Misan, N. et al. Nutritional behavior in pregnancy. *Ginekologia Polska*. v. 90, n. 9, p. 527-533, 2019.

Pasquali, L. Psicometria. *Revista Escola de Enfermagem da USP*, p. 992-999, 2009.

Polit, D. F.; Beck, C. T. *Fundamentos de pesquisa em Enfermagem: avaliação de evidências para a prática da enfermagem*. 7 ed. Porto Alegre: Artmed, 2011

Santos, A. L. M. et al. Material informativo para gestantes: uma revisão narrativa. *Disciplinarum Scientia*. Série: Ciências da Saúde, v. 17, n. 2, p. 331-338, 2016.

Tomasi, E. et al. Qualidade da atenção pré-natal na rede básica de saúde do Brasil: Indicadores e desigualdades sociais. *Cadernos de Saude Publica*, v. 33, n. 3, p. 1-11, 2017.

Tomsettia, B. M. et al. A qualidade da assistência pré-natal sob olhar multiprofissional. *Ciência e Saúde*, v. 11, n. 1, p. 41-50, 2018.